

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Escravidão, trabalho e subalternidade: algumas discussões atuais da historiografia marxista e suas contribuições para as análises do processo de formação da classe trabalhadora carioca			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Flavia Fernandes de Souza	Universidade Federal Fluminense	UFF	Doutoranda
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Este trabalho propõe expor algumas reflexões gerais em torno de discussões recentes levantadas por historiadores sociais brasileiros, inspirados em debates, conceitos e noções oriundos da concepção materialista da História, em torno da escravidão e da formação classe trabalhadora no Brasil. O intuito desse esforço consiste, então, em pensar nas contribuições que a tradição crítica do materialismo histórico ainda tem a oferecer para a História Social do Trabalho, nesse momento de transformações e ampliações nos objetos, abordagens e métodos. Sendo assim, pretende-se voltar tais reflexões para elementos constituintes do complexo processo histórico da formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro, comumente localizado entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, considerando questões relativas a experiências de trabalhadores escravizados, libertos e livres no “mercado de trabalho” urbano. Propondo-se, assim, levantar questões analíticas e conceituais sobre a existência de formas diversas de trabalho subordinadas, ainda que indiretamente, a lógicas globais; e experiências de proximidades e de distanciamentos sociais entre os setores subalternos em determinadas situações históricas. Isso feito de modo a apontar, também, as contribuições da historiografia marxista contemporânea para a pesquisa que se encontra em desenvolvimento acerca da dinâmica do trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no referido período.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
História Social do Trabalho; trabalho escravo e trabalho livre; formação da classe trabalhadora carioca			
ABSTRACT			
<p>This paper proposes to show some general thoughts of recent discussions raised by Brazilian social historians inspired by debates, concepts and notions derived from the materialist conception of history about slavery and the making of working class in Brazil. The purpose of this effort is, then, in thinking about the contributions that the critical tradition of historical materialism still has to offer to the Social History of Labor in this moment of transformations and expansions in the objects, methods and approaches. Therefore, we intend to return to such reflections on constituents of the complex process of the making of the working class in Rio de Janeiro City, commonly located between the mid-nineteenth century and the first decades of the twentieth century, considering questions related to experiences of enslaved workers, freed and free the urban labor market. Proposing thus to raise questions about the analytical and conceptual existence of various forms of subordinate work, albeit indirectly, the global logic; and experiences of nearly and social distances between the subaltern sectors in certain historical situations. This is done to point out also to the contributions of contemporary Marxist historiography for a research that is in developing on the dynamics of the domestic work in the Rio de Janeiro City in the referred period.</p>			
KEYWORDS			
Labor History; slave labor and free labor; making of the working class in the Rio de Janeiro City			
EIXO TEMÁTICO			
Historicidade no e do pensamento de Marx			

I

Na última década, foram publicados alguns artigos, produzidos por historiadores sociais brasileiros, que apresentaram balanços de caráter historiográficos, metodológicos e/ou teóricos acerca da História Social do Trabalho (MATTOS, 2002; GOMES, 2004; BATALHA, 2006; NEGRO; GOMES, 2006; CHALHOUB; SILVA, 2009). De modo geral, trata-se de textos que, além de apresentar um panorama atual deste campo da história, buscam analisar os avanços realizados e os desafios ainda a serem enfrentados pelos pesquisadores do trabalho na história Brasil. Na realidade, os historiadores que se dedicaram a esse esforço procuraram refletir sobre a recorrente constatação nos meios acadêmicos de que o campo brasileiro da história do trabalho passava, já há algum tempo, por um amplo processo de renovações e mudanças. Estas seriam oriundas, sobretudo, da farta e variada produção recente – leia-se das décadas de 1980 e 1990 – de pesquisas empíricas (com variados temas, abordagens e enfoques), da constituição de espaços institucionais e acadêmicos voltados para área e, até mesmo, das influências teóricas internacionais, originárias principalmente da produção histórica inglesa, em especial da obra de Edward Palmer Thompson.¹

Como abordou o historiador Cláudio Batalha, em um desses artigos de balanço, o aspecto mais evidente dessas transformações giraria em torno “da discussão sobre quem englobar em uma história do trabalho”. Para o autor, atualmente, quase todos os praticantes desse campo historiográfico estariam “de acordo que a redução da história do trabalho ao operariado fabril é inaceitável”.² Nesse sentido, segundo Batalha, tornou-se cada vez mais “necessário incluir trabalhadores livres e não livres, urbanos e rurais, assalariados e autônomos, contratados e sazonais” (BATALHA, 2006, p. 89). Tendência que levou os historiadores das tradições de estudos da escravidão e do movimento operário a realizarem – ou, pelo menos, atestarem a necessidade de –

¹ Como indica a historiadora Silvia Petersen, existem ambiguidades e entendimentos distintos acerca da História Social do Trabalho. No Brasil, essa área de produção do conhecimento histórico tende a ser associada a *Labor History* inglesa. E esse entendimento foi especialmente difundido pelo programa de Pós-graduação em História da UNICAMP, em sua linha de pesquisa intitulada “história social do trabalho”. Cf. PETERSEN, 2011, p. 2. Segundo o historiador Marcelo Badaró Mattos, tendo essa origem inglesa, os estudos da História Social do Trabalho no Brasil corresponderiam, sobretudo, ao “trabalho na sua forma típica no capitalismo, trabalho assalariado, abstrato” e não se voltariam “para o trabalho em seu sentido amplo, que atravessa várias épocas históricas e está associado à noção de trabalho concreto/útil”. Além disso, no campo da História Social do Trabalho estariam “não apenas processos e relações de trabalho” (a história do trabalho em si), mas os estudos acerca da classe trabalhadora. Cf. MATTOS, 2012a, p. 2.

² Os historiadores Alexandre Fortes e John D. French apontam, no entanto, que “nem todos os historiadores do trabalho latino-americano têm recebido bem esse ‘alargamento dos parâmetros do que constitui a história do trabalho’”. Um historiador argentino, por exemplo, James Brennan, em artigo publicado em 2011, defende uma definição restritiva para o campo, de modo a estudar apenas o mundo industrial moderno. Segundo Fortes e French, Brennan “rejeita explicitamente a inclusão da escravidão dentro da história do trabalho”, o que seria, para os autores, “uma posição intelectual indefensável para o Brasil”. Cf. FORTES; FRENCH, 2013, p. 27.

uma mobilização de esforços na direção de um maior diálogo entre esses campos historiográficos. Isso tendo em vista a derrubada de barreiras temáticas (de modo a romper dicotomias que opunham, por exemplo, trabalho e lazer, organização e cotidiano, militância e trabalhadores não organizados), conceituais (com o objetivo de problematizar e articular a noção central de classe social com outras dimensões sociais, como gênero, raça e etnia), e, principalmente, cronológicas (sendo a “barreira de 1888”, da abolição da escravidão, a mais frequentemente questionada).

Para além do seu caráter amplo e positivo, pode-se dizer que esse alargamento dos parâmetros da História Social do Trabalho no Brasil trouxe também inúmeras problemáticas, ainda não resolvidas pelos historiadores da área. Ainda segundo Batalha, pensando na “fronteira de 1888”, como um exemplo dos desafios atuais da História do Trabalho, “apesar de ter sido colocado em xeque, [1888] ainda continua a ser um marco cronológico com o qual pouquíssimos trabalhos de fato rompem”. De acordo com o autor, são poucas as pesquisas que, em suas análises, transitam facilmente da “escravidão para a liberdade” e pouco se tem avançado no que se refere à discussão em torno do fato dos escravos serem trabalhadores. Nesse sentido, Batalha questiona que, para além do princípio anunciado, “escravos e trabalhadores livres constituem uma única classe trabalhadora ou de fato são classes distintas, tanto em termos jurídicos (o que é óbvio), como em suas aspirações?” (BATALHA, 2006, p. 92).

Considerando esse contexto de renovações e ampliações do campo da História Social do Trabalho no Brasil e indagações como essa trazida pelo historiador Cláudio Batalha, propõe-se apresentar neste texto alguns apontamentos em torno de discussões recentes levantadas por historiadores sociais brasileiros para pensar o contexto de formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro. Isso sendo feito de modo a ressaltar a relevância e as contribuições que noções e conceitos oriundos da tradição crítica do materialismo histórico³ ainda têm a oferecer para a história do trabalho, em especial neste momento de transformações nos seus objetos, abordagens e métodos. E para isso pretende-se tocar rapidamente em algumas questões. De um lado, serão apresentados alguns elementos em torno da escravidão – incluindo o tratamento que a historiografia brasileira tem dado ao tema e algumas possibilidades atuais de análise –, levando-se em conta a sua centralidade para qualquer estudo dos “mundos do trabalho” em formações sociais oitocentistas, como a brasileira. E de outro lado, se buscará pensar nas formas possíveis de conceituação indicadas por alguns historiadores para se analisar os trabalhadores (sejam escravos ou livres) no contexto que compreende a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX,

³ Como discute Marcelo Badaró Mattos, a partir da análise da obra do historiador inglês Edward Palmer Thompson, quando aqui se faz referência ao materialismo histórico se faz pensando no que Thompson denominou de “tradição marxista aberta, exploratória, autocrítica” (THOMPSON, 1981, p. 187; MATTOS, 2012b).

tendo como referência a noção de subalternidade, em grande medida oriunda do pensamento gramsciano.

II

Em artigo recente, a ser publicado neste segundo semestre de 2013, o historiador Rafael de Bivar Marquese analisa a forma como a historiografia sobre a escravidão brasileira, nas últimas décadas, lidou com o tema do capitalismo. Segundo Marquese, entre as décadas de 1930 e 1970, historiadores, cientistas sociais e economistas que estudaram a escravidão procuraram analisá-la no âmbito do processo da formação do capitalismo no Brasil.⁴ Mesmo considerando a diversidade dos enquadramentos, aportes teóricos adotados e resultados alcançados para se pensar as relações entre escravidão e capitalismo, Marquese afirma que, de modo geral, as análises construídas naquele período “privilegiaram o tempo longo, e não o tempo curto; a visão de conjunto, que procurava inserir o Brasil no contexto mundial; as estruturas econômicas e sociais em detrimento dos acontecimentos políticos” (MARQUESE, 2013, p. 4).

Para Rafael Marquese, diferentemente, a produção historiográfica sobre a escravidão elaborada a partir dos anos 1980 teria abandonado o que, então, se passou a denominar de “interpretação estruturalista da escravidão” brasileira. Representada, basicamente, por duas linhas historiográficas de vieses distintos, a nova historiografia da escravidão teria modificado completamente o entendimento da dinâmica da instituição escravista no Brasil.⁵ Esta seria agora analisada a partir de uma perspectiva que privilegiaria a sua lógica interna (em sua diversidade espacial e temporal), em que os escravos seriam sujeitos ativos na construção de seu devir, e sem que fossem considerados “processos históricos de longa duração e os quadros globais mais amplos nos quais se inscreveu o sistema escravista brasileiro” (MARQUESE, 2013, p. 7). Ou seja, para Marquese, para além dos inquestionáveis ganhos obtidos pelo desenvolvimento dessa historiografia mais recente da escravidão,⁶ teria ocorrido um abandono do conceito de capitalismo – que, para o

⁴ As principais referências feitas por Rafael Marquese são os trabalhos de Caio Prado Jr. (1942), Celso Furtado (1959), Nelson Werneck Sodré (1962), Fernando Novais (1979), Ciro Flamarion Cardoso (1975) e Jacob Gorender (1978).

⁵ Para o autor, as duas linhas historiográficas que, em seus desdobramentos, levaram ao abandono da noção de capitalismo histórico para o entendimento da escravidão brasileira seriam a oriunda do desenvolvimento da categoria de modo de produção escravista colonial e suas articulações com a história agrária (concebida inicialmente por Maria Yedda Linhares e Ciro Cardoso) e a história social da escravidão, constituída sob a inspiração da produção de historiadores marxistas ingleses, em especial de E. P. Thompson (tendo como principal centro de referência o Programa de Pós-graduação em História da UNICAMP). Cf. MARQUESE, 2013, p. 6.

⁶ Segundo Marquese, “população escrava, tráfico negreiro transatlântico e tráfico interno de escravos; escravidão no campo, em atividades voltadas à exportação ou ao mercado interno; escravidão urbana, escravidão na pecuária, na mineração e no extrativismo; alforria e inscrição dos libertos na sociedade colonial e imperial; resistência escrava;

autor, ainda tem muito a oferecer para as análises históricas da escravidão, se fosse retomado sob novas bases.

Observações e análises semelhantes a essas, feitas de maneira mais sistematizada por Rafael Marquese, têm sido cada vez mais realizadas por historiadores da escravidão e do trabalho no Brasil. Em artigo sobre o tema da escravidão no Brasil, João José Reis e Herbert Klein apontam para a perda de interesse pelas “questões estruturais” entre os historiadores da escravidão, ao constatar que “a noção de ‘sistema’ desapareceu completamente” das pesquisas empreendidas na área. Além disso, teria se fortalecido a tendência para privilegiar formas de resistência ocorridas dentro das normas sociais estabelecidas, em detrimento dos estudos acerca das rebeliões abertas (REIS; KLEIN, 2011 *apud.* FORTES; FRENCH, 2013, p. 21). E essas seriam análises que vão ao encontro de reflexões realizadas por Emília Viotti da Costa, ainda no fim dos anos 1980, quando a historiadora, tendo em vista as pesquisas a serem empreendidas sobre o tema da escravidão, já apontava para a necessidade de se evitar dicotomias rígidas entre estrutura e agência, de modo que não se perdesse de vista as condições determinadas em que os homens fazem a história (COSTA, 1989 *apud.* FORTES; FRENCH, 2013, p. 22).

Ao indicar, portanto, a relevância de se reinscrever o exame da escravidão brasileira no processo global de formação do capitalismo, “sem recair nos esquematismos vigentes até os anos setenta e tampouco sem abandonar as conquistas obtidas pela historiografia posterior”, Marquese traz para esta reflexão importantes contribuições. Isso porque, pensar nos “mundos do trabalho” – no plural, isto é, em uma opção consciente reunir estudos que, para além de outras formas de diversidade, compreendam trabalhadores livres e não livres – implica necessariamente a realização de esforços que se voltem para análises mais amplas e aprofundadas acerca escravidão no Brasil e no mundo, em especial na segunda metade do século XIX. Uma análise na qual o sistema escravista (em suas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais) não deve ser dissociado do conjunto das forças históricas mais amplas que moldaram a escravidão negra em sua conexão com a consolidação do sistema-mundo dominado pelo advento do capitalismo industrial (MARQUESE, 2013, p. 13). De modo a compreender, por exemplo, aspectos do complexo das variadas formas de exploração do trabalho a partir das quais o capitalismo se implantou em escala mundial e dos seus desdobramentos no que se refere aos processos constituintes da formação da classe trabalhadora em diferentes situações históricas. Um processo que, necessariamente, leva, cada vez mais, os

culturas e identidades escravas, suas articulações com o passado africano e suas intersecções com os mundos do trabalho; normas e práticas legais relacionadas ao cativo: se nem todos esses temas eram propriamente inéditos, a historiografia posterior aos anos oitenta deu-lhes novos significados, ao utilizar repertórios documentais até então pouco explorados, com lentes teóricas inovadoras.” Cf. MARQUESE, 2013, p. 7.

historiadores do trabalho a buscarem análises e conceituações alternativas, em que a ênfase não recaia exclusivamente sobre o trabalho assalariado e noções restritivas da classe trabalhadora.

Levando-se em conta essa discussão empreendida por Rafael Marquese, pode-se aqui destacar a abordagem que vem, já há algumas décadas, sendo desenvolvida por Dale W. Tomich⁷ em pesquisas sobre o papel da escravidão (como forma de exploração econômica e dominação social) na formação, expansão e reprodução histórica do sistema capitalista em escala global. Em livro que sintetiza suas análises e reflexões, Tomich, indo além da ideia de persistência da escravidão e de outras formas de trabalho não remunerado, interpreta a escravidão como elemento integrante do capitalismo (TOMICH, 2012).⁸ E ao abordar esse tema, o autor levanta também questões de ordem teórica e metodológica suscitadas pela análise histórica do trabalho escravo (e de outras formas de trabalho compulsório) e pelo diálogo crítico com o marxismo, as teorias dos sistemas-mundo e pela nova economia política. Assim, os ensaios de Tomich chamam a atenção para a diversidade e especificidade das formas de trabalho que constituem a economia global (de modo a incluir a escravidão e demais formas de relação de trabalho não assalariado), além de revelar “a complexidade espacial e temporal e a produção de diferenças locais pelos processos que se desenrolam em escala mundial” (p. 14).

Sendo assim, em um esforço de distinguir “os regimes escravistas que precederam, e em parte fomentaram, a emergência do capital industrial e o trabalho assalariado como polos dominantes da economia mundial” dos “regimes escravistas criados como parte dos processos de reestruturação da economia mundial oitocentista”, Tomich traz a importante discussão acerca da chamada “segunda escravidão” (TOMICH, 2012, p. 15). A partir de estudos sobre regiões escravistas americanas, em especial no Sul dos Estados Unidos, no Brasil e em Cuba, o autor observa que “longe de ser uma instituição moribunda durante o século XIX, a escravidão demonstrou toda a sua adaptabilidade e vitalidade” (p. 96). Para Tomich, então, no decorrer do século XIX a escravidão expandiu-se em intensidade e escala nunca vistas antes para atender uma demanda global por matérias-primas e gêneros alimentícios, como algodão, café e açúcar (p. 83). Esse segundo ciclo da escravidão teria se iniciado com o advento da hegemonia britânica, declinando com o aumento da preeminência política e econômica dos Estados Unidos no

⁷ Atualmente, Dale W. Tomich é professor de Sociologia e História na Universidade Binghamton e dedica-se aos estudos da escravidão no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos e à reconstrução da economia mundial no século XIX.

⁸ É interessante apontar que, embora suas pesquisas já venham sendo realizadas desde final dos anos 1980, somente nos últimos anos os trabalhos de Tomich tem recebido maior atenção no Brasil. Um fato que, para além da ausência de traduções (somente alguns artigos do autor foram traduzidos em português, sendo o seu livro lançado apenas em 2012), talvez se relacione ao referido movimento de mudanças na História do Trabalho, que tem levado os historiadores da área a pensarem em novas abordagens para o estudo do trabalho escravo.

Hemisfério Ocidental e com as depressões das décadas de 1870 e 1880.⁹ E diferentemente da escravidão existente nos séculos anteriores,

[...] essa ‘segunda escravidão’ se desenvolveu não como uma premissa histórica do capital produtivo, mas pressupondo sua existência como condição para sua reprodução. O significado e o caráter sistêmicos da escravidão foram transformados. Os centros emergentes de produção escrava viam-se agora cada vez mais integrados na produção industrial e impelidos pela ‘sede ilimitada de riqueza’ do capital (p. 87).

O quadro de análise desenvolvido por Dale Tomich para o entendimento da escravidão no século XIX traz elementos importantes acerca das relações entre trabalho escravo e do trabalho livre no desenvolvimento histórico da economia mundial capitalista. Afinal, para autor, desde suas primeiras reflexões, a história da escravidão nas Américas e a do trabalho assalariado na Europa devem ser compreendidas em suas relações com o processo global de acumulação e as lutas sociais contra essa acumulação. Na perspectiva analítica de Tomich, as relações entre trabalho escravo e trabalho assalariado não podem ser vistas como resultado de “um processo evolutivo linear”, mas de “relações históricas complexas, múltiplas e qualitativamente distintas entre as duas formas de trabalho social” (TOMICH, 1992, p. 117). Nesse sentido, o autor considera que os processos de recomposição das relações entre trabalho e capital e das várias formas de exploração do trabalho são determinadas também por relações de lutas de classes, que podem assumir diferentes formas, em função de suas relações com o cenário econômico e político mundial. No caso das lutas dos escravos e dos trabalhadores assalariados livres, Tomich afirma existir uma inter-relação: “ainda que marcadas por importantes diferenças formais e distinções qualitativas, são permeadas de um conteúdo comum e têm como base comum sua relação com o capital” (p. 117). E essas influências recíprocas nas lutas econômicas e políticas do trabalho escravo e do trabalho livre, no entendimento de Tomich, assumiriam um novo caráter com a formação da uma classe trabalhadora na assalariada na Europa, quando as lutas escravas passaram a se relacionar com as lutas dos trabalhadores livres, que ideologicamente “foram transformadas pela doutrina de liberdade e igualdade” (p. 117).

⁹ Como explicita Marquese, “as modificações ocorridas com o advento da economia-mundo industrial do século XIX impuseram aos senhores de escravos americanos a necessidade do aumento constante da produtividade de seus cativos, sob o risco de se verem excluídos do mercado mundial. As forças então colocadas em jogo levaram, por um lado, ao colapso de antigas regiões produtoras no Caribe inglês e francês, que, afora se verem acuadas pelo abolicionismo metropolitano e pelas ações coletivas de resistência escrava, haviam chegado aos limites máximos de suas capacidades produtivas, mas, por outro, conduziram à abertura de oportunidades para regiões que até então haviam estado na periferia econômica das zonas de exploração escravista do Novo Mundo. Nesse movimento, os destinos do sul dos Estados Unidos, de Cuba e do Brasil - cada qual se especializando na produção escravista, em larga escala, de algodão, açúcar e café - entrelaçaram-se de modo estreito. Em cada uma dessas novas fronteiras da mercadoria surgiram unidades produtivas escravistas com plantas inéditas, cujas combinações de terra, trabalho e capital romperam com os padrões anteriormente vigentes no mundo atlântico”. Cf. MARQUESE, 2010, p. 1-2. Ver também: BLACKBURN, 2002.

III

Tendo em vista os desafios ainda a serem enfrentados no campo da História Social do Trabalho, resultantes de seu processo de ampliação e renovação, pode-se dizer que a inclusão dos escravos como trabalhadores levam os historiadores do trabalho e da escravidão a considerarem, entre outras, duas grandes problemáticas: por um lado, a repensarem a escravidão e, como indicado anteriormente, o processo de constituição do capitalismo e a maneira como se combinaram formas de exploração e relações de produção capitalistas e não capitalistas;¹⁰ por outro lado, se torna fundamental rever entendimentos relativos ao conceito de classe trabalhadora. E, neste último caso, talvez algumas das principais discussões, análises e pesquisas realizadas atualmente originam-se do movimento de construção de uma “história global do trabalho”, que tem envolvido historiadores do trabalho de diversas regiões do mundo. Entre esses se pode destacar a figura de Marcel van der Linden,¹¹ autor de uma das principais obras de referência desse movimento, o livro intitulado *Workers of the world: essays towards a Global Labor History* (2008).¹²

Nesse trabalho, van der Linden, além de delimitar aspectos da proposta da chamada História Global do Trabalho,¹³ apresenta, entre outras discussões fundamentais, uma problematização do conceito de classe trabalhadora, fundamentado na tradição marxista. Assim, o autor, a partir de pesquisas empíricas realizadas em diferentes pontos do globo, sobretudo no denominado “Sul Global”, analisa e questiona as fronteiras existentes entre as várias formas de exploração do trabalho (escravo, livre, autônomo, assalariado, contratado, doméstico, urbano, rural), defendendo que, de modo geral, elas são de natureza mais fluída e ampla do que costumam considerar os

¹⁰ O historiador Marcelo Badaró Mattos lembra que essas questões foram consideradas por Marx, ao alertar para “a impossibilidade de se tomar o caso inglês de formação da classe trabalhadora como modelo de validade universal”, e por outros clássicos do pensamento social crítico da virada do século XIX para o século XX (como Lênin e Trotsky), que indicaram o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista durante a sua expansão global. Processo que gerava a coexistência de novas e antigas formas de produção, promotora de especificidades em relação ao processo de industrialização nas nações que inicialmente a viveram. Cf. MATTOS, 2012a, p. 24.

¹¹ Atualmente, Marcel van der Linden é diretor de investigação do Instituto Internacional de História Social (HSG), em Amsterdam.

¹² O livro ainda não possui tradução em português, mas parte do seu conteúdo encontra-se em artigos do autor já traduzidos no Brasil. Cf. VAN DER LINDEN, 2009; 2005.

¹³ Na definição de Marcel van der Linden, A História Global do Trabalho tem vários significados, pois não é uma teoria, mas sim uma área de investigação. Nas palavras do autor: “Em primeiro lugar, esta área de pesquisa assume que tudo no mundo está inter-relacionado. Em segundo lugar, ela pressupõe que recuemos à formação do capitalismo mundial, ou seja, pelo menos aos últimos cinco séculos. Não nos focamos exclusivamente nos séculos XIX e XX, como fazia tradicionalmente a historiografia do movimento operário. A terceira característica da história global do trabalho é que não se foca só no trabalho livre, mas também no trabalho não livre, na escravidão. Não olhamos para a classe trabalhadora apenas como um conjunto de indivíduos, mas para todas as relações sociais, os processos migratórios, as divisões de gênero, o trabalho doméstico; tudo isso é essencial. Portanto, é uma definição muito mais ampla do que aquela em que se focavam tradicionalmente os historiadores da Europa e Estados Unidos, que centravam a sua investigação nos trabalhadores organizados.” Cf. VAN DER LINDEN, 2012, p. 115; 2009, p. 18-19.

historiadores, ao ter como parâmetro a concepção de proletariado de Marx. Segundo van der Linden, a noção de classe social clássica se baseia na ideia de que a força de trabalho somente pode se tornar uma mercadoria através do trabalho assalariado (que seria a única forma verdadeiramente capitalista de mercantilização da força de trabalho). Porém, o autor contesta essa noção, que inevitavelmente leva a considerar como única classe trabalhadora “real” a que se enquadra nessa definição, considerada por ele restrita. Para van der Linden, existiram, em diversas regiões do mundo e em diferentes épocas, “formas intermediárias” “entre trabalho assalariado e escravidão; entre trabalho assalariado e por conta própria; entre escravidão e trabalho por conta própria; e entre trabalho assalariado, escravidão e trabalho por conta própria, de um lado, e o lupem-proletariado de outro” (VAN DER LINDEN, 2005, p. 16).

Tendo em vista essa problemática, Marcel van der Linden busca redefinir a noção clássica de classe trabalhadora e propõe o uso de um novo conceito, de definição provisória – por ainda demandar mais estudos –, que seria o de *trabalhadores subalternos*. Partindo de pressupostos como a subordinação de diversas formas de exploração do trabalho (que não apenas o trabalho livre e assalariado típico) aos imperativos capitalistas e a mercantilização compulsória da força de trabalho como base comum das inúmeras formas de exploração do trabalho, o autor afirma que os trabalhadores subalternos “constituem um grupo muito variado, que inclui escravos de plantel, parceiros, pequenos artesãos e assalariados”. Enfim, em sua definição, o conceito de trabalhadores subalternos corresponderia a

[...] todo possuidor de força de trabalho cuja força de trabalho é vendida ou empregada por outra pessoa sob compulsão econômica ou não econômica [...], não importando se o portador ou a portadora de força de trabalho vende por si mesmo, ou por si mesma, e não importando se o portador ou a portadora possui meio de produção (VAN DER LINDEN, 2005, p. 28-29).

Em um esforço de pensar o trabalho e os trabalhadores em uma perspectiva global, van der Linden propõe, então, ampliar o conceito de classe trabalhadora de modo a incluir, por exemplo, não apenas variedades da forma de trabalho assalariado e de trabalho autônomo, mas também o trabalho de subsistência, o trabalho escravo e demais formas de trabalho compulsório. E, para isso, busca referência na noção de subalternidade, que, por sua vez, tem suas origens nas concepções de classes ou grupos subalternos presentes no pensamento gramsciano. De acordo com o autor, “a noção de subalternidade nos estudos de Gramsci, nos *Cadernos do Cárcere*, é uma descrição do proletariado tradicional, usando outras palavras”. Mas, considerando também a reformulação do conceito realizada na Índia pelos Estudos Subalternos, que abrigou a perspectiva política do

conceito para pensar o quadro nacional indiano,¹⁴ van der Linden afirma estar em um ponto no meio: “defendo uma noção mais ampla que a de proletariado, mas não diria que todas as classes baixas (*lower classes*) são parte da noção de classe trabalhadora” (VAN DER LINDEN, 2012, p. 117). Por isso, antes dessa reflexão sobre as possibilidades de conceitualização da classe trabalhadora em seu processo de formação prosseguir é importante recuperar a noção de subalternidade presente no pensamento de Antonio Gramsci.

IV

Ao longo dos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci desenvolveu as categorias *classes subalternas* ou *grupos subalternos*, que como outras ideias, noções e conceitos formulados pelo autor têm seus alcances e significados ligados a todo o conjunto de suas reflexões políticas e filosóficas.¹⁵ Como indica a filósofa cubana Isabel Monal, desde os seus primeiros escritos carcerários, a categoria subalterno aparece nos textos de Gramsci, sobretudo nas discussões acerca de situações de dominação de determinados grupos sociais por outros; e “sempre baseado nas teses centrais do materialismo histórico sobre as contradições objetivas presentes nas sociedades e o papel que nelas desempenha as condições materiais” (MONAL, 2006). Além disso, o pensador e revolucionário sardo, demonstrando o seu interesse nesse estudo, organizou um caderno diretamente voltado para o tema: o Caderno 25, redigido em 1934, cujo título é *Às margens da história – história dos grupos sociais subalternos* (GRAMSCI, 2002, p. 129-145).

Nesse caderno, Gramsci apresenta oito parágrafos de discussões relacionadas ao assunto. Reunindo em alguns casos anotações ou referências feitas anteriormente, em linhas gerais, Gramsci apresenta orientações para o estudo da história dos subalternos. Seu primeiro parágrafo é, então,

¹⁴ Os chamados Estudos Subalternos surgiram na Índia, no início da década de 1980, com a proposta de reinterpretação e reescrita da história colonial indiana pela perspectiva dos dominados. Constituíam-se inicialmente de um grupo de estudiosos, associados ao Centro de Estudos de Ciências Sociais de Calcutá, reunidos em torno da figura de Ranajit Guha, intelectual marxista, ativista político e professor universitário, responsável pela organização dos primeiros seis volumes das séries de artigos sobre a história social indiana, publicados entre 1982 e 1989, intitulados *Subaltern Studies: Writings on South Asian History*. Nas pesquisas desse grupo ganhou destaque a proposta de Gramsci para o estudo da história das classes e grupos subalternos. Estas categorias foram vistas como recursos instrumentais para análises históricas e sociais para diferentes níveis de subordinação existentes nas formações sociais do sul asiático. Isso feito para diversos contextos históricos, que envolvessem não apenas relações de classe, mas também questões ligadas a castas, etnias, gênero, ofício, religião, entre outras formas de subordinações sociais, bem como para os estudos de situações históricas em que os dominados fossem protagonistas. Cf. FONTANA, 2002; RANAJIT, 1987 *apud*. MATTOS, 2012a, p. 30.

¹⁵ Ainda é preciso ser feita uma análise mais pormenorizada das formas pelas quais o tema foi elaborado e desenvolvido por Gramsci, mas, na leitura de várias notas dos *Cadernos do Cárcere*, é possível perceber que Gramsci oscilou entre o uso das expressões *classes subalternas* e *grupos subalternos*. Sendo esta última forma a que predomina no Caderno 25, dedicado ao tema.

uma crítica ao modo como estudiosos trataram o movimento *lazzarettista*, enquanto fenômeno histórico-social ocorrido em torno da figura de Davide Lazzaretti (1834-1878), líder rebelde e profeta mítico, oriundo de camadas subalternas da região da Toscana. Segundo Gramsci, havia na bibliografia sobre o tema uma tendência a isolar o fenômeno e tratar o personagem central a partir de uma natureza patológica. Assim, Gramsci faz um primeiro alerta geral sobre o tema da subalternidade afirmando que “para uma elite social, os elementos dos grupos subalternos têm sempre algo de bárbaro e patológico” (GRAMSCI, 2002, p. 131). E entre outras observações, de caráter “político-histórico”, Gramsci alerta para o fato de que esse movimento esteve ligado à

[...] tendência subversivo-popular-elementar que podia nascer entre os camponeses, em decorrência do abstencionismo político clerical e do fato de que as massas rurais, na ausência de partidos regulares, buscavam dirigentes locais que emergissem da própria massa, misturando a religião e o fanatismo ao conjunto de reivindicações que, de forma elementar, fermentavam o campo” (GRAMSCI, 2002, p. 132).

Como afirma o cientista social Marcos Del Roio, o interesse de Gramsci neste episódio encontra-se na evidência de traços de “popularidade e espontaneidade”, que serão desenvolvidos no parágrafo seguinte, intitulado “critérios metodológicos”. Nesse segundo parágrafo do Caderno 25, Gramsci afirma que “a história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica”. Para o autor dos *Cadernos do Cárcere*, embora haja tendências para a unificação dos grupos subalternos – ainda que provisoriamente –, as suas atividades históricas são “continuamente rompidas pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso” (GRAMSCI, 2002, p. 135). Sofrendo assim a iniciativa constante dos grupos dominantes e agindo quase sempre em “estado de defesa”, a condição de subordinação, segundo Gramsci, só pode ser superada pela vitória “permanente” dos grupos subalternos.

Em suas reflexões sobre a categoria subalterno, Gramsci elabora, então, um raciocínio que gira em torno das maneiras pelas quais os grupos sociais dominados podem superar sua condição de subalternidade. Não por acaso, no quinto parágrafo do Caderno 25, Gramsci apresenta, em seis pontos, o que “deve-se estudar” acerca da história dos subalternos. Segundo Isabel Monal, muito mais que um programa de estudo, trata-se de uma “lista de fases”, cujo conteúdo “indicam já uma tese da evolução das classes subalternas ao longo da história, desde a sua formação inicial até à etapa em que estas classes alcançariam a sua autonomia” (MONAL, 2006).

1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, assim como sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e fins conservam por um certo tempo; 2) sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tais tentativas têm na determinação de

processos de decomposição e de renovamento ou de nova formação; 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral, etc. (GRAMSCI, 2002, p.140).

Na verdade, Gramsci, ao formular tal programa de estudos históricos, parecia ter em vista a busca de maneiras pelas quais as classes ou grupos subalternos da Itália, para além da sua “desagregação social” e suas difusas e multifacetadas formas de expressão políticas e culturais, poderiam se unificar e agir contra formas de dominações sociais vigentes. Nesse processo, Gramsci parece ter dado certa ênfase para a fórmula política da Frente Única, que pressupunha a formulação de um projeto revolucionário antifascista e anticapitalista que envolvesse a formação de uma aliança operário-camponesa (MATTOS, 2012a, p. 31; ROIO, 2007, p. 64-66). Para Marcos Del Roio, a proposta de Frente Única (ao conciliar, em Gramsci, os referenciais da Filosofia da Práxis, a experiência nas lutas operárias e a observação do potencial transformador presente no campo meridional italiano) foi uma chave importante para que o autor dos *Cadernos do Cárcere* “pudesse encontrar um novo lugar para o campesinato na estratégia revolucionária” e para que esse sujeito histórico fosse entendido como parte do amplo conjunto denominado de *classes* ou *grupos subalternos* (ROIO, 2007, p. 66).

Vista sob essa perspectiva, a categoria subalterno desenvolvida na abordagem teórica gramsciana pode ser apreendida, como ressalta Marcelo Badaró Mattos, como parte da discussão sobre o potencial do proletariado, em aliança com diversos setores subalternizados, como sujeito histórico transformador nas complexas formações sociais capitalistas do século XX. Além de ser aquela uma categoria que, sem repudiar o “espontaneísmo” ou a “tendência à fragmentação das lutas”, permite analisar “o processo através do qual a consciência de classe se ‘eleva’ a partir do senso comum, e em que os limites de uma visão de mundo messiânica, alimentada pelas leituras deterministas do marxismo, são superados pela Filosofia da Práxis em sua manifestação mais elaborada” (MATTOS, 2012a, p. 31).

Contudo, ainda como sugere Mattos, a análise da subalternidade em Gramsci permite também outra chave de leitura, mais relacionada à historicidade e à dimensão conceitual do termo. Para isso, Mattos aponta para a forma como Gramsci utilizou a categoria para tratar, por exemplo, dos escravos romanos e dos camponeses medievais (MATTOS, 2012a, p. 31). Discussão que o autor desenvolve nos parágrafos quatro e seis do Caderno 25, nos quais apresenta notas relativas ao desenvolvimento histórico de grupos subalternos na Idade Média e na Antiguidade e onde é

possível encontrar pequenas reflexões que exemplificam um sentido mais geral e instrumental da categoria subalterno.

No quarto parágrafo do referido caderno, por exemplo, Gramsci aponta análises do ensaio de Ettore Ciccotti (*Confronti storici*, 1929), que segundo ele apresentaria “algumas referências sobre o desenvolvimento histórico das classes populares nas Comunas italianas”. E sobre isso afirma que o ensaio de Ciccotti apresenta “resultados indiciários”, fazendo a seguinte análise geral sobre os estudos históricos dos subalternos:

[...] dada a falta de autonomia dos grupos subalternos, suas iniciativas ‘defensivas’ estão submetidas a leis próprias de necessidade, mais simples, mais limitadas e politicamente mais restritivas do que as leis de necessidade histórica que dirigem e condicionam as iniciativas das classes dominantes [...] (GRAMSCI, 2002, p. 138).

E em seguida, Gramsci faz outra importante observação de amplo alcance histórico sobre aspectos que compreendem o entendimento da categoria em questão: “Com frequência, os grupos subalternos são originariamente de outra raça (outra cultura e outra religião) em relação aos dominantes e, muitas vezes, são uma mistura de raças diversas, como no caso dos escravos”.

Analisando essas e outras reflexões gerais desenvolvidas por Gramsci para a categoria subalterno, não é difícil considerar os significados teóricos desse termo no quadro que compõe o pensamento gramsciano. Ao que parece, quando propõe, no Caderno 25, algumas notas metodológicas para os estudos históricos dos subalternos, Gramsci abre a possibilidade, para além da sua dimensão contemporânea no contexto por ele vivido, do uso desta noção como recurso instrumental para a análise do passado. E tendo em vista os seus referenciais marxistas, o seu interesse talvez passasse, também, por um diálogo crítico com outras noções clássicas oriundas do materialismo histórico, como “proletariado”, “classe operária”, “campesinato” – não tão mencionadas nos *Cadernos do Cárcere*, como as de classes e grupos subalternos (ROIO, 2007, p. 64). A elaboração e o uso da categoria subalterno em Gramsci parecem ter sido feitos, portanto, com uma intenção que provavelmente visava alcançar níveis mais profundos de complexidade e generalização, com vistas a abraçar, no campo analítico, a heterogeneidade social que constitui o conjunto das massas exploradas, oprimidas e marginalizadas ao longo da história. Como afirma Isabel Monal, “o conceito, dessa maneira ampliado para além das classes sociais, mas incluindo-as, viria a preencher a ausência de uma categoria deste tipo em Marx” (MONAL, 2006).

Feitas essas considerações sobre a noção de subalternidade nos *Cadernos do Cárcere* de Gramsci, pode-se retomar a discussão sobre o conceito *trabalhadores subalternos* proposto por Marcel van der Linden. Isso porque em proposições como a de Marcel van der Linden, acerca da existência de uma grande classe de trabalhadores subalternos, a problemática central passa pelas maneiras pelas quais se conformaram formas diversas de exploração e relações de produção (fossem elas capitalistas ou “pré-capitalistas”) no processo global de constituição do capitalismo. Uma questão que, tal como coloca Marcelo Badaró Mattos, influencia diretamente “sobre como tratar conceitualmente o processo de formação da classe trabalhadora em uma situação de periferia colonial – ou até recentemente colonial – latino-americana como era o caso brasileiro em fins do século XIX” (MATTOS, 2012a, p. 23).

Segundo Mattos, como demonstram várias pesquisas empíricas realizadas para diferentes regiões brasileiras, especialmente na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, existia uma vasta gama de fenômenos históricos que poderiam ser explicados pelo conceito de van der Linden. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, as diferentes modalidades de escravidão urbana (doméstica, industrial, de ganho, de aluguel), em paralelo com exploração da força de trabalho “livre”, geraram formas muito particulares de exploração do trabalho, que poderiam incluir formas próximas ao assalariamento, contratos de locação de serviços e inúmeros outros arranjos de trabalho. Para o autor, deste ponto de vista,

[...] o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil do século XIX estaria completamente resolvido no interior da noção de “trabalhadores subalternos” de van der Linden. Desde o momento em que a venda da força de trabalho já obedece aos imperativos do capital (tanto faz se escravos que são pessoalmente vendidos por outros junto com sua força de trabalho, ou se trabalhadores “livres” que a vendem, ou híbridos em situações como as dos escravos de ganho e de aluguel) estamos diante de uma mesma classe de trabalhadores (MATTOS, 2012a, p. 28-29).

No entanto, de outra parte, para além de sua prerrogativa propriamente econômica, a concepção de subalternidade oriunda do pensamento gramsciano, por sua vez inserida na tradição materialista histórica, contém uma clara dimensão política, que não pode ser ignorada. Nos termos elaborados por Gramsci, pensar a história dos subalternos pressupõe também o estudo dos projetos de superação da própria condição subalterna – ainda que se leve em conta a desagregação social e ações episódicas daqueles grupos, como talvez afirmasse Gramsci. Nesse sentido, ao considerar a ideia de existência de trabalhadores subalternos, como propõe van der Linden, necessariamente é preciso pensar nas problemáticas geradas para o estudo da existência de formas de consciência social e de seus projetos societários. Afinal, mesmo compondo um enorme contingente de trabalhadores submetidos compulsoriamente a um processo de mercantilização da sua força de

trabalho, esse grande conjunto de trabalhadores subalternos era constituído por grupos sociais específicos e potencialmente capazes de desenvolver formas distintas de consciência coletiva.

Novamente, como discutido por Marcelo Badaró Mattos, considerando situações históricas como as vividas por trabalhadores escravizados e livres no Brasil na segunda metade do século XIX e no processo de formação da classe trabalhadora, cabe pensar nas questões relativas ao desenvolvimento de uma consciência propriamente de classe. Nesse caso, as indagações se tornam ainda mais complexas. Isso porque, em espaços urbanos como da cidade do Rio de Janeiro, além do compartilhamento de experiências comuns, de trabalho e de sociabilidade, entre escravizados, libertos e livres, Mattos aponta para as evidências encontradas por ele e outros historiadores acerca compartilhamento, entre trabalhadores de diferentes condições sociais, de formas organizativas (como as associações do tipo mutual) e de luta, como greves e paredes. Fatos que trazem à tona um problema que envolve várias facetas, pois mesmo tratando-se de um processo histórico em que já se manifestavam organizações e estratégias de ação típicas de uma classe trabalhadora já constituída – envolvendo, portanto, certo nível de formação de uma consciência de classe em curso –, as lutas de trabalhadores escravizados e livres envolviam sempre graus diferenciados de interesses. Como afirma Mattos:

[...] a luta dos escravos é pela “liberdade”, no sentido da superação do fim do estatuto jurídico da escravidão. O projeto de emancipação social da classe trabalhadora é outro, por colocar em questão não apenas uma determinada forma histórica de exploração do trabalho e divisão social em classes, mas toda e qualquer sociedade dividida em classes e marcada pela exploração do trabalho (MATTOS, 2012a, p. 29-30).

Por esta razão, levando em conta as especificidades do processo de constituição do capitalismo no Brasil, em seus processos de expropriação/proletarização e formação da classe trabalhadora, Mattos levanta a possibilidade de se recuperar a noção de Gramsci de subalternidade. Para o autor, através da concepção original do conceito *grupos* ou *classes subalternas* talvez se pudesse dar conta, “sem perder de vista os complexos caminhos de definição da subjetividade coletiva das classes sociais”, das dimensões de classe no processo de subjunção formal do trabalho ao capital em situações históricas em que predominam formas diversas de exploração do trabalho. Assim, para Mattos, em contextos como o que caracteriza a cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX,

[...] estaríamos diante não de uma única classe de *trabalhadores subalternos*, mas de *classes subalternas*, que possuem em comum a subordinação ao capital, mas distinguem-se por formas distintas de consciência social, cuja tendência à unificação pode manifestar-se em determinados momentos específicos de lutas sociais [...] fundamentais para os processos subsequentes de formação da classe trabalhadora (MATTOS, 2012a, p. 32).

Nesse quadro analítico proposto por Marcelo Badaró Mattos poderia ser lido o abolicionismo, que, em seu conjunto, constituiu o principal movimento social ocorrido na segunda metade do século XIX e que abrigou inúmeros projetos sociais de Nação. Indo além da atuação de intelectuais, parlamentares e homens públicos, os movimentos pelo fim da escravidão ocorridos na Corte Imperial envolveram diversos segmentos sociais, ao incluir não só os escravos – elemento protagonista diretamente interessado, que se manifestaram não só através de mecanismos tradicionais de resistência (como fugas coletivas e revoltas), mas também por meio de formas associativas, como as irmandades negras – e a população livre e trabalhadora. Sobre esse aspecto, alguns estudos recentes têm apresentado evidências de como organizações de trabalhadores – que, em inúmeros casos, incluíam escravizados e libertos – tiveram participação ativa nos movimentos abolicionistas desde seus primeiros momentos (MATTOS, 2008; COSTA, 2012).

Nessa perspectiva, pode-se pensar que os movimentos sociais pela liberdade, centrados na bandeira da abolição da escravidão, ocorridos especialmente na década de 1880 na cidade do Rio de Janeiro, além de constituírem um processo fundamental para formação da classe trabalhadora – ao unificar e catalisar lutas e experiências de trabalhadores escravizados, libertos e livres e influenciar, posteriormente, nas formas de organização e lutas dos trabalhadores em geral (MATTOS, 2008) –, foram também um momento de expressão de lutas sociais de classes subalternas. Isso porque envolveu grupos sociais que, para além de uma experiência comum de exploração compulsória do trabalho – realizada de variadas maneiras –, compreendiam formas de consciência coletiva e de projetos societários, em certa medida, diferenciados. Para pensar nos termos formulados por Gramsci, talvez esse tenha sido um dos mais significativos momentos da história dos subalternos no Brasil. Por seu caráter “episódico” e por expressar uma “tendência à unificação” – mesmo que tendo sofrido a contínua ação dos grupos dominantes – o movimento abolicionista apresenta-se com um “valor inestimável para o historiador integral”, por expressar “traços de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos” (GRAMSCI, 2002, p. 135).

VI

Tendo em vista os limites dessas reflexões – de caráter puramente pontual e sintético –, procurou-se destacar a importância de algumas questões analíticas e conceituais em torno da temática dos “mundos do trabalho”, tendo como plano de fundo o contexto da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX na cidade do Rio de Janeiro, considerado por alguns historiadores como o da formação da classe trabalhadora carioca (MATTOS, 2008; BATALHA,

1999). Isso feito tendo como pressuposto o movimento de ampliações e mudanças pelas quais tem passado o campo da História Social do Trabalho no Brasil e alguns dos desafios colocados atualmente aos historiadores dessa área – como no que se refere às relações entre “escravidão e liberdade” – e que precisam ser superados.

Para aqueles interessados em recuperar a dinâmica histórica de formação da classe trabalhadora, a questão de como compreender os escravos como trabalhadores e de como se formaram identidades em comum entre todos aqueles que tiveram, de variadas formas, o seu trabalho explorado é ainda, apesar dos muitos esforços já empreendidos, uma questão problemática. Por essa razão, considerando discussões recentes feitas por historiadores que, em maior ou menor medida, procuraram dialogar com noções oriundas do materialismo histórico, tentou-se aqui considerar duas grandes questões.

Em primeiro lugar, do ponto de vista analítico, acredita-se ser fundamental repensar aspectos da escravidão no Brasil, em especial na segunda metade do século XIX, de modo a melhor compreender a chamada “transição” para as relações de produção capitalistas. Nesse sentido, estudar, como vem fazendo Dale Tomich, processos ligados à expansão da escravidão negra integrada ao quadro mundial do sistema capitalista industrial se torna um elemento importante para as análises que buscam compreender, de maneira estrutural e dialeticamente integradas, as relações de trabalho escravo e de trabalho assalariado. Essa é uma questão importante, pois torna central um maior entendimento acerca da existência de formas diversas de exploração de trabalho, que em muitos casos estavam distantes do assalariamento, mas muito próximas da compulsoriedade. E sob essa perspectiva, tornam-se legítimas propostas conceituais como a de Marcel van der Linden, que privilegia aspectos econômicos e procura dar conta das experiências comuns de trabalho vivenciadas por diversos tipos de trabalhadores, em condições variadas de subalternidade, cuja base comum de classe seria a “mercantilização compulsória da força de trabalho”.

Contudo, como discute Marcelo Badaró Mattos, essa proposta envolve outros níveis de complexidades do ponto de vista conceitual. Afinal, na origem marxiana do termo, a definição de classe trabalhadora “vai além da dimensão mais propriamente econômica, comportando também uma dimensão política” (MATTOS, 2012a, p. 29). Nesse caso, pensar a formação da classe trabalhadora, como já sintetizou E. P. Thompson na bem conhecida introdução da *Formação da Classe Operária Inglesa*, envolve não apenas o “resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas)”, em grande medida resultado das relações de produção, mas como homens e mulheres “sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus” (THOMPSON, 2004, p. 10). Por isso, não por acaso, Mattos – que já realizou uma ampla pesquisa que demonstrou como múltiplas experiências de

trabalhadores escravizados e livres contribuíram para conformar o perfil da classe trabalhadora em sua formação na cidade do Rio de Janeiro (MATTOS, 2008) – propõe, com uma preocupação de natureza conceitual, recuperar as noções gramscianas de *classes* ou *grupos subalternos*. Isso sendo feito de modo a dar conta das faces objetiva e subjetiva do entendimento das classes sociais historicamente dominadas. Tentativa que pode ser muito interessante para pensar, por exemplo, o lugar dos escravos como agentes históricos – entendimento tão fortemente ressaltado pela historiografia da escravidão nas últimas décadas¹⁶ – e para levantar questões acerca da luta de classes em uma sociedade escravista.

De qualquer maneira, é importante ressaltar como noções, categorias, conceitos e propostas analíticas legados pela tradição marxista (como capitalismo histórico, classe social, formação de classe trabalhadora, classes subalternas) ainda tem muito a oferecer para os historiadores sociais (sejam da escravidão e/ou do trabalho), se usados de forma renovada e crítica. E, por isso, para finalizar este texto, cabe indicar as contribuições que toda essa discussão oferece para os estudos acerca do trabalho e dos trabalhadores domésticos na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1850 e 1920, que vem sendo desenvolvida pela sua autora.¹⁷ Uma pesquisa que enfrenta muitos dos desafios indicados pelos historiadores para os estudos do trabalho nos últimos anos, tais como: lidar com a longa duração, de modo a empreender análises e reflexões que trafeguem do período escravista para o pós-abolição; ou considerar as complexidades inerentes ao entendimento de trabalhadores de variadas condições sociais a partir do conceito de classe social.

Sabe-se que a escravidão doméstica constituiu uma das principais modalidades do sistema escravista, em especial em espaços urbanos como o da cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX. Na realidade, ao longo do Oitocentos, os escravos domésticos conformaram o maior contingente de escravizados da urbe carioca e isso inclusive nas décadas de 1870 e 1880, em que ocorreu o declínio da escravidão urbana (SOARES, 2007, p. 107). E, mesmo quando libertos, um percentual significativo de ex-escravos permaneceram atuando no setor doméstico – em especial no pós-abolição –, através de contratos de prestação de serviços e formas de trabalho que, muitas vezes, não passavam pelo assalariamento (LIMA, 2005, 2009). Além disso, considerável número de trabalhadores imigrantes se ocupou, de maneira crescente, nos serviços urbanos, incluindo o doméstico. Nesse caso, se, em meados do século XIX, alguns vinham com contratos de trabalho para pagar dívidas de viagem (ALENCASTRO, 1988), nas décadas seguintes, outros tantos

¹⁶ Em artigo em que se vale do conceito de classes subalternas para pensar a atuação escrava no contexto abolicionista, o historiador Ricardo Salles afirma que a questão da agência escrava seria “a pedra de toque da historiografia brasileira recente da escravidão”. Cf. SALLES, 2011, p. 263.

¹⁷ Pesquisa intitulada “*Trabalho, precariedade e domesticidade: os criados de servir nos domínios da escravidão e da liberdade (Rio de Janeiro, c. 1850-1920)*”, que se encontra em andamento sob a orientação do Professor Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF).

chegaram com suas famílias para buscarem um emprego que pudesse oferecer moradia, alimentação e proteção.¹⁸ Ao reunir, portanto, um grande contingente de homens e, sobretudo mulheres, escravizados e livres, nacionais e estrangeiros, das mais variadas faixas etárias, engajados em diferentes modalidades e arranjos de trabalhos, os trabalhadores domésticos da segunda metade do século XIX precisam ser necessariamente estudados a partir de análises que levem em conta a dinâmica da escravidão no Brasil naquele contexto. A análise de processos como os que envolveram, por exemplo, o tráfico interno de escravos, responsável por mobilizar especialmente muitos escravos, e os fluxos imigratórios de trabalhadores europeus que permaneceram nas cidades teriam grande relevância nesse sentido, por afetar a dinâmica interna do “mercado de trabalho” e as próprias funções da escravidão doméstica.

Por esses e outros aspectos, o tema do trabalho e dos trabalhos domésticos no período estudado envolve problemas analíticos, e principalmente de ordem teórica e conceitual. Sobre isso pode ser dito que, de uma perspectiva que se poderia aqui denominar de “econômica”, o conceito proposto por Marcel van der Linden se mostra extremamente significativo. Isso porque as pesquisas em torno desse objeto tem revelado que, na segunda metade do século XIX, para além de uma enorme diversidade de perfil de trabalhadores, o universo do trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro provavelmente compreendia formas variadas de exploração do trabalho (que incluíam desde a escravidão doméstica clássica, passando pelo aluguel, o ganho, e chegando até a locação de serviços e formas muito próximas de uma “servidão por dívida”). Todas essas formas de trabalho localizadas, como se sabe, no âmbito da subsistência e cujas relações sociais do tipo “empregador-empregado” não se estabeleciam apenas no nível econômico, mas passavam também – e, sobretudo – por outros laços que não envolviam apenas a troca por dinheiro. Podendo, pois, ser compreendido no universo das “formas intermediárias de trabalho”, analisadas por van der Linden, o trabalho e os trabalhadores domésticos da cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, pelo menos, podem ser analisados historicamente a partir do conceito *trabalhadores subalternos*.

Não obstante, pensar na história dos trabalhadores – sejam eles domésticos ou não –, em formações sociais que se ainda não eram integralmente capitalistas estavam em vias de ser, implica também considerar formas de dominações sociais e maneiras pelas quais os setores dominados se

¹⁸ Apenas para indicar algumas dimensões numéricas do setor, recuperam-se aqui dados disponíveis em recenseamentos do período. Segundo o primeiro censo, de 1872, a população correspondente à cidade do Rio de Janeiro era de 274.972 habitantes e destes 55.012 indivíduos (20% do total da população) se declararam como trabalhadores domésticos. Em 1890, por conseguinte, apesar do percentual da categoria intitulada “serviço doméstico” ser menor, quando comparado ao censo anterior – sendo então de 14,30% (74.785) do total da população da cidade, que era de 522.651 habitantes –, esta categoria ainda representava o maior grupo ocupacional do Rio de Janeiro. E, de acordo com o recenseamento de 1906, essa situação não se alterou muito nos primeiros anos do século XX, visto que a população da cidade do Rio era composta por 811.443 indivíduos, dos quais 117.904 foram classificados como trabalhadores domésticos, ou seja, 14,53% do total da população da cidade. Cf. LOBO, 1978, p. 469 e 501.

identificaram coletivamente e buscaram agir para superar esta condição. Nesse sentido, levando-se em conta uma dimensão mais “política” do tema e a possibilidade de aplicá-lo a contextos históricos profundamente complexos, como o que aqui se fez referência, por permitir apreender, na análise histórica, o papel dos trabalhadores como agentes históricos transformadores, a apropriação do conceito *grupos* ou *classes subalternas* de Gramsci se mostra igualmente promissora. Especialmente no período de vigência da escravidão, quando além de experiências comuns e compartilhadas, de trabalho, de luta e de vida, entre variados tipos de trabalhadores subordinados à exploração da sua força de trabalho em sociedade já inserida na lógica do capital, poderiam existir formas diferenciadas de consciência social. Ou seja, formas de identidade coletiva que iam se constituindo, apesar das suas proximidades, com níveis diferenciados para trabalhadores escravizados (ou que viveram a experiência da escravidão) e para trabalhadores livres. E um exemplo que talvez demonstre as complexidades disso são as situações que envolviam as visões acerca da liberdade. Nesse caso, apesar dos paralelos em comum, parte do patrimônio acumulado por todos os trabalhadores em uma formação social constituída a partir da escravidão, ainda permaneciam diferenças inegáveis entre situações de “escravidão de fato” e de “escravidão moral” vivenciadas pelos trabalhadores naquele contexto (MATTOS, 2008; COSTA, 2012).

Dessa forma, pensando no caso do trabalho doméstico na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, os desafios para o historiador continuam. O processo de tentativas de regulamentação das atividades dos então chamados criados de servir, que ganhou força a partir década de 1880, não só na cidade do Rio de Janeiro, mas em outros espaços urbanos brasileiros, gerou situações que poderiam, no mínimo, ser consideradas complexas. Por representar, em linhas gerais, uma proposta que visava aumentar o controle urbano dos trabalhadores domésticos que, com o regulamento, seriam fiscalizados (pela Polícia ou pela municipalidade) por intermédio da obrigatoriedade de um registro e do uso de uma caderneta de identificação para admissão e demissão dos empregos, os projetos de lei – em alguns casos transformados em posturas municipais – foram, em geral, repudiados pela população ocupada nos serviços domésticos. Nesse processo, foi comum o surgimento de situações em que os criados de servir passaram a fortalecer laços de identidade em comum, como trabalhadores contra aquela forma de regulamentação.

Na cidade do Rio de Janeiro, para os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX, encontram-se, na documentação municipal, algumas referências de manifestações de criados contra projetos de regulamentos propostos por vereadores e intendentes municipais para o setor de trabalho doméstico. Em 1888, por exemplo, José do Patrocínio (vereador, jornalista e abolicionista conhecido na cidade) dizia que vinha sendo procurado por pessoas ocupadas como criados de servir e alertava os seus pares que se o regulamento em discussão fosse aprovado iria ocorrer uma revolta

por parte dos homens e mulheres empregados no serviço doméstico. E dizia que ao estabelecer “mais garantias aos patrões do que aos criados” e estabelecer “certas desigualdades” nas relações de trabalho doméstico, a regulamentação não passava de “uma nova lei da escravidão dissimulada” (SOUZA, 2010, p. 203-205). Em 1890, após a primeira aprovação de um regulamento pelos representantes municipais, servidores domésticos, em sua maior parte ex-escravos, fizeram propaganda contra a matrícula estabelecida e “induziam os companheiros que apareciam [na Intendência] a não oferecerem os seus nomes ao registro” (p. 209). De outra parte, em 1903, encontram-se no jornal *Correio da Manhã* registros publicados pela Federação Operária e Artística do Brasil sobre reuniões do Diretório Central, abertas à participação de trabalhadores domésticos, “como cozinheiros e copeiros”, para a discussão de uma “reclamação contra o regulamento do serviço doméstico”, que havia sido entregue ao Conselho Municipal. E, em 1907, a associação intitulada Centro Cosmopolita, que reunia trabalhadores domésticos e da prestação de serviços, divulgava no mesmo jornal um manifesto contra uma proposta de matrícula facultativa feita pela Polícia para o setor, tendo em vista suas arbitrariedades (COLUNA OPERÁRIA, 1903, p. 3; VIDA OPERÁRIA, 1907, p. 3).

Em todos esses eventos, um dos argumentos mais repetidos era o de que os criados não deveriam ser tratados de forma diferenciada em relação aos demais trabalhadores. Segundo um intendente municipal, que se colocou contra o projeto de criação da “matrícula do serviço doméstico” na Capital Federal, em 1895, “a classe dos criados não deve ser colocada em posição inferior às outras” (SOUZA, 2010, p. 218). E em debates como esse, acerca do “rebaixamento” da categoria dos domésticos em relação aos demais trabalhadores urbanos, a escravidão e a condição dos trabalhadores escravizados eram muitas vezes evocadas, pois, em geral, todas as manifestações ocorridas contra os regulamentos para os criados de servir ressaltavam que as medidas de controle lembravam a situação jurídica e social dos escravos. Na verdade, muito mais do que as lutas contra as condições de trabalho, as longas jornadas diárias de prestação de serviços, os maus-tratos ou as exigências para morar junto aos patrões – problemas que os criados de servir enfrentavam cotidianamente –, o que aparecia fortemente nesse processo – e que talvez possa ser identificado como um dos primeiros sinais de uma identidade comum entre os criados – era a negação de situações que lembrassem a experiência escrava, ao envolver a própria liberdade de ir e vir ou de trabalho, e a reivindicação por uma condição de igualdade, ao menos perante os demais trabalhadores.

Para finalizar pode-se aqui resgatar algumas considerações da historiadora Beatriz Loner acerca o lento processo de construção de identidades comuns entre trabalhadores no Brasil, em períodos como os do final do Império e do início da República. Segundo a autora, neste momento

em que existiam “trabalhadores submetidos a regimes de trabalhos diferenciados, divididos pela situação jurídica, pela etnia e cor, gênero e idade, além das diferenciações entre categorias e tipo de trabalho ou nível de especialização”, torna-se difícil distinguir “traços do que poderia ser uma identidade comum em processo de formação e que envolvesse o conjunto dos trabalhadores” (LONER, 2002, p. 1). Devido, então, aos obstáculos colocados para o historiador interessado em buscar elementos acerca do processo de formação da classe trabalhadora, considerando a segunda metade do século XIX, e até mesmo primeiras décadas do século XX, Loner afirma que aquele

[...] deve procurar, em cada contexto, momentos, situações, episódios em que o fato de pertencer a uma categoria profissional levou a identificação, não só como a sua categoria, mas também com um conjunto um pouco maior, ainda que esse conjunto apareça em termos não muito claros [...]. Ou seja, um momento em que identificar-se com o trabalho passou a ser uma estratégia de aceitação e reivindicação de um lugar naquela sociedade e em que a atuação do ator pautou-se, nem que apenas de forma episódica e pontual, por esta determinação. [...] (p. 4-5)

Para o caso dos trabalhadores domésticos – assim como de várias outras categorias profissionais historicamente ligadas à escravidão –, e sua integração no longo e multifacetado processo que envolveu a formação da classe trabalhadora no Brasil, apesar dos avanços já obtidos pela historiografia do trabalho, muitas pesquisas ainda precisam ser feitas nesse sentido. E para isso, um bom caminho a seguir talvez seja aquele que considere algumas das discussões empreendidas nesse texto, que, se de um lado apoia-se nos avanços feitos pela História Social do Trabalho nos últimos anos; por outro, não pretende perder de vista as contribuições que ainda tem a oferecer conceitos, noções e discussões já de longa data enfrentadas pela tradição crítica do materialismo histórico e que vem sendo renovadas pelas análises e reflexões recentes de historiadores sociais brasileiros.

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850 – 1872. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 21, p. 30-56, jul. 1988.
- BATALHA, Cláudio H. M. Os desafios atuais da história do trabalho. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.
- BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. **Caderno AEL**, Campinas, v. n. 10/11, 1999, p. 42-67.

- BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial, 1776-1848**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 14, n. 26, p. 13-47, 2009.
- COLUNA OPERÁRIA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 maio 1907, p. 3.
- COSTA, Rafael Maul Carvalho. **A “escravidão livre” na Corte**: escravizados moralmente lutam contra a escravidão de fato (Rio de Janeiro no processo da Abolição). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012.
- FONTANA, Josep. Ranahit Guha y los “subaltern studies” (prólogo). In: GUHA, Ranahit. **Las voces de la historia y otros studios subalternos**. Barcelona: Crítica, 2002.
- FORTES, Alexandre; FRENCH, John D. Sobre encanadores e filósofos: fazendo história do trabalho no Brasil. In: FORTES, Alexandre *et. al.* **Cruzando Fronteiras**: novos olhares sobre a história do trabalho. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 1-33, 2004.
- GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, jun. 2006.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 5. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LIMA, Henrique Espada. Trabalho e lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 14, n. 26, p. 135-177, 2009.
- LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul.-dez. 2005.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro** (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). v. 2. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- LONER, Beatriz Ana. A lenta construção de identidades em comum entre trabalhadores no final do Império. In: **Anais eletrônicos da I Jornada Nacional de História**, Pelotas, 2002. Disponível em: <<http://labhstc.ufsc.br/acervo/acervo-eletronico/i-jornada>>. Acesso em: 29 ago. 2013.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. **As desventuras de um conceito**: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira, 2013 (artigo submetido à Revista de História, a ser publicado no segundo semestre de 2013).

- MARQUESE, Rafael de Bivar. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 83-128. 2010.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalho, classe trabalhadora e o debate sobre o sujeito histórico ontem e hoje**, 2012a (no prelo).
- MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. **Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012b.
- MATTOS, Marcelo Badaró. História de trabalhadores (entrevista). **Revista de História**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 109-113, 2010.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Os desafios da História do trabalho hoje – pensando a partir da produção do Rio de Janeiro. In: **Anais eletrônicos da I Jornada Nacional de História**, Pelotas, 2002. Disponível em: <<http://labhstc.ufsc.br/acervo/acervo-eletronico/i-jornada>>. Acesso em: 29 ago. 2013.
- MONAL, Isabel. **Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos**. 16 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.odiarario.info/?p=94>>. Acesso em: 06 ago 2013.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. A presença da história social do trabalho no ambiente acadêmico brasileiro nas últimas décadas. In: **Anais eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/>>. Acesso em: 15 set. 2013.
- ROIO, Marcos Del. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 29, p. 63-78, nov. 2007.
- SALLES, Ricardo. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). **Revista de Índias**, Madrid, v. LXXI, n. 251, p. 259-284, 2011.
- SOARES, Luiz Carlos. **O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana do Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro: FAPERJ – 7 Letras, 2007.
- SOUZA, Flavia Fernandes de. **Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do Século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2010.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

- TOMICCH, Dale W. **Pelo prisma da escravidão**: trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: EDUSP, 2011.
- TOMICCH, Dale W. Trabalho escravo e trabalho livre: origens históricas do capital. **Revista USP**, São Paulo, n. 13, mar./ abr./ mai. 1992.
- TRAVERSO, Enzo. Marx, a história e os historiadores. Uma relação a se reinventar. **Revista História & Luta de Classes**, n. 15, p. 48-54, mar. 2013.
- VAN DER LINDEN, Marcel. As greves não estão diminuindo, provavelmente estão se tornando mais importantes (entrevista). **Outubro**, São Paulo, n. 20, p. 111-121, 2012.
- VAN DER LINDEN, Marcel. História do Trabalho: o velho, o novo e o global. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, vol. 1, n. 1, p. 11-26, jan.-jun. 2009.
- VAN DER LINDEN, Marcel. **Workers of the world**: essays toward a global labor history. Leiden: Brill, 2008.
- VAN DER LINDEN, Marcel. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. **História**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 11-40, 2005.
- VIDA OPERÁRIA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 set. 1903, p. 3.